

Fraturas Espaciais: A Toponímia como Tipologia de Dominação Social¹

Rafael Alves Orsi²

Rodrigo Alberto Toledo³

Murilo Petito Cavalcanti⁴

RESUMO: A primazia da moradia articula-se com o território, esquadrihados em bairros, cujos próprios nomes podem refletir os conceitos de luxúria, privilégios, pobreza e submissão, como sendo a urdidura das assimetrias de poder político e social. Com essa premissa, o presente artigo apresenta a simbologia do espaço urbano através de sua toponímia, como representação concreta da rígida estrutura tradicional, conservadora e excludente das cidades. Para este estudo, foram selecionados dois municípios médios – Araraquara e Taubaté, no estado de São Paulo. Tendo o toponímio como referência e classificando o conjunto de nomes a partir da taxinomia de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, aponta-se o contraste simbólico dos nomes entre os conjuntos habitacionais voltados para população pobre e os condomínios e bairros voltados para a população rica, em ambos os casos tendo as classes dominantes como as detentoras do poder de nomeação do espaço e criação de significados.

PALAVRAS-CHAVE: toponímia, poder simbólico, dominação social, urbanismo, cidades.

¹ Manuscrito publicado na revista Estudos de Sociologia, (2022), v. 27, esp.1, abr. Dossiê: Práticas e processos de produção do espaço urbano: descentrando perspectivas. Orsi, R. A., Toledo, R. A., & Cavalcanti, M. P. (2022). Fraturas espaciais: A toponímia como tipologia de dominação social. Estudos De Sociologia, 27 (esp1), e022007. DOI: <https://doi.org/10.52780/res.v27iesp1.16312>.

² Professor Associado no Departamento de Ciências Sociais. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Desenvolvimento Urbano e Ambiental (NEPDUA/CNPq).

³ Professor Colaborador no Programa de Pós-Graduação do ICHSA, Pesquisador de Pós-Doutorado, Pesquisador Associado ao Laboratório de Estudos do Setor Público, LESP, ao Laboratório de Tecnologia, Sociedade e Democracia, LATESD e ao Laboratório de Economia e Gestão, LEG. Doutor em Ciências Sociais (UNESP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6232-4703>.

⁴ Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Desenvolvimento Urbano e Ambiental (NEPDUA/CNPq). Mestrado em Ciências Sociais (UNESP).

Introdução

Com a arquitetura e o urbanismo moderno emerge um novo modelo de cidade nos primeiros decênios do século XX. Tais cidades já nascem marcadas por fraturas socioterritoriais herdadas de um processo de produção urbana excludente e reforçado nas novas dinâmicas, primeiro, da cidade industrial e, posteriormente, da cidade comercial e financeirizada. A difusão do aço permitiu novas estruturas construtivas, bem como o aumento da produção de moradias fruto das pesquisas feitas por instituições dominantes, que instrumentalizam a ciência e a técnica nas formas de produção que reproduzem e expandem a assimetria de poder e a ocupação desigual do espaço. A título de exemplo podemos citar o arquiteto e urbanista Walter Gropius (1887-1965), diretor, de 1919 a 1928, da escola de Bauhaus, que contou com professores renomados do campo das artes tais como Klee, Kandinski, Shelmme e projetistas de objetos que passavam a formar o ambiente moderno, dos móveis até o bairro. (BENEVOLO, 2015). Gropius concebia uma perspectiva urbanística padronizada, de pré-fabricação que dialogava com a sinergia gerada pelo movimento progressista da arquitetura moderna. Pressupostos que, no Brasil, foram e aplicados em diversas cidades, principalmente na porção destinada ao operariado. São cidades com bairros que projetavam alojamentos em série, em um tipo de casa pré-fabricada, que pudesse conferir funcionalidade interna e na sua relação com o exterior, o restante da malha urbana. Cidades que, por conseguinte, tinham que refletir a regulamentação dos tipos padrões de edifícios do ponto de vista dos materiais utilizados, com orientação normativa do gabarito dessas construções.

Na cidade pós-liberal as funções que ganhavam destaque eram as produtivas, tais como o comércio e a circulação. Ela surge no Ocidente, especialmente nos países de industrialização tardia, a partir da metade do século XIX, com o desafio de transformar o “caótico” espaço urbano em local que possibilitasse seu funcionamento. As iniciativas estavam voltadas para suprir as necessidades de mobilidade, saneamento, infraestrutura e equipamentos urbanos. As áreas residenciais populares ficavam a reboque do capital, ou seja, as administrações públicas construía bairros operários como forma de corrigir a distorção provocada pelo mercado privado, que não tinha como público alvo as classes de mais baixa renda (FELDMAN, 1996; TOLEDO, 2017). Ao mesmo tempo em que se tem a produção material das cidades, em seu conjunto, também há sua transformação simbólica tendo diferentes signos do espaço denotando sua reprodução, ainda que formal, sob pilares fragmentados e de classe. Como bem destaca Santos (2014) “deixado ao quase exclusivo jogo do mercado, o espaço vivido consagra desigualdades e injustiças e termina por ser, em sua maior parte, um espaço sem cidadãos” (pág. 59 – grifo nosso). É notório que a produção física das cidades anda *pari passu* com sua produção social e simbólica.

Das cidades disciplinadas por planos diretores, provém, via de regra, as áreas residenciais com serviços públicos, parques e vias de acesso, bem como estruturas de mobilidade urbana, disciplinando e legitimando os distanciamentos socioterritoriais. Entretanto, para além desse aspecto disciplinar, há de se recuperar que existem regiões da cidade regular, que se aplicavam métodos da arquitetura e urbanística modernas, que as diferenciavam das demais. As técnicas de luxo para melhorar as condições de vida de uma minoria, criavam e ainda criam privilégios e assimetrias de poder político, bem como espaços fraturados e profundas desigualdades socioterritoriais. Como destaca Santos (2014) as habitações dos pobres já nascem subnormais. Aqui destacamos tanto a estrutura da unidade habitacional em si, como a localização periférica nas cidades, a deficiente infraestrutura urbana disponível chegando até aos estigmas espaciais consolidados.

Considerando estes aspectos, o presente artigo traz para o debate a dinâmica engendrada na produção e reprodução das cidades, cujo pano de fundo se sustenta no mercado, criando uma

cidade do luxo contrastada com uma cidade do operário e com as chagas de uma cidade ilegal, com impactos de diferentes ordens na malha urbana, na dinâmica da cidade e sociabilidades criada nestes espaços. O foco aqui volta-se para a toponímia desses espaços, que para muito além de nomenclaturas que identificam um lugar, revelam relações de poder e subalternidade, identidades e projetam lutas e reivindicações por direitos nas cidades.

Na primeira seção, apresentamos o constructo teórico que formatou a base empírica do presente artigo. Apresentaremos os dois municípios paulistas que servirão de referência para análise da toponímia, do estudo da origem dos nomes de alguns de seus bairros. Na segunda seção trazemos uma leitura sobre a conformação de novas morfologias espaciais originadas a partir da fragmentação socioespacial, que impacta nas sociabilidades e (re)organiza a experiência urbana pela via da produção concreta e simbólica da distinção social, expressa na toponímia do bairro rico em comparação com o bairro pobre. Na seção 03, apresentamos a filigrana conceitual sobre os toponímios que permitirá identificar um conjunto de tensões em torno do simbolismo trazido pelo nome dos bairros/conjuntos habitacionais voltados para população mais pobre, contrastado com bairros e condomínios voltados para pessoas ricas.

Claramente a definição dos nomes dos espaços trazem consigo um conjunto de significados e estratégias de poder submersos, cuja a identificação é essencial para compreender uma clivagem sutil da produção das cidades.

1. Metodologia: o desenho da pesquisa para desvendar o urbano

A base empírica do estudo tem como amostra dois municípios, a partir de 26 previamente selecionados que, historicamente, contaram com assessorias urbanísticas reprodutoras das concepções modernistas de cidade na elaboração de seus planos diretores de 1957 a 1973, pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade de São Paulo. Especificamente tivemos a atuação de um Centro de Pesquisa e Estudos Urbanísticos, CEPEU, criado em 1955. Arquitetos e Urbanistas atuavam na assistência dos municípios, amparados por vínculo ao Instituto de Arquitetos do Brasil, IAB, que, por sua vez, possuíam estreitas relações com centros de ensino e pesquisa, como o citado CEPEU. As diferentes concepções urbanísticas eram mobilizadas por meio dos centros para produção de planos reguladores do uso e produção do espaço urbano. Há de se frisar que tais vinculações concorriam para a institucionalização urbanística e da atuação profissional do arquiteto, como condutor do processo de elaboração de plano diretor para as cidades. (FELDMAN, 2005, *apud* TOLEDO, 2017).

A difusão de concepção urbanística para enfrentamento da questão urbana, gerou massa crítica que orientou na formulação de instrumentos que geraram normatizações e, sobretudo, uma *intelligentsia* que foi posta a toda prova nos municípios elencados anteriormente. Em uma visão de base tecnicista, cabe o questionamento sobre até que ponto tais projetos técnicos tinham como preocupação a maior integração dos diferentes estratos sociais presentes nas cidades, tendo como preocupação o combate das profundas desigualdades socioespaciais historicamente constituídas. No século XX, as atividades do capitalismo financeiro e imobiliário migrando para diversos municípios paulistas, evidenciam a preocupação tecnocrática com a reprodução das cidades sob as bases financeiras, ignorando suas contradições já fortemente presentes nas lutas pelo direito sobretudo à moradia. Um tipo de “colonização” do interior que demandou requalificação das administrações públicas municipais, sendo o plano diretor peça importante para pavimentar a sedimentação de novos ciclos econômicos, que preconizavam a extração da renda da terra urbana, fundamentalmente, em projetos voltados para o mercado imobiliário em efervescência.

A partir do universo de 26 municípios, selecionamos dois por serem Núcleos de Atendimento Regionais, ou escritórios regionais criados pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo, CDHU-SP.

Tabela 1 - Municípios paulistas instituídos como Núcleos de Atendimento Regionais – CDHU-SP.

Município	Ano 1º PD	População	Partidos	Ano 2º PD	População 2020	Partidos Pleito de 2020
Araraquara	1963	58.076	PTN	2005	238.339	PT
Taubaté	1957	65.911	PTB	2015	317.915	MDB

Fonte: Toledo e Kerbaury, 2015; Siqueira, 2013. Sites: cidades.ibge.gov.br (consulta 21/03/2019); Informações Eleitorais: seade.gov.br (consulta em 21/03/2019). (*) Censo IBGE, 1970. (**) Censo IBGE, 1969. (***) Censo IBGE, 1960; 1969; 2000; 2010. CDHU. **Relatório de Sustentabilidade.** Gerência de Comunicação Social da CDHU. Editora Palavra Certa Comunicação Integrada: São Paulo, 2015.

Araraquara e Taubaté apresentam características de semelhança, como: diversidade econômica, tamanho demográfico, função, dinâmica intraurbana, intensidade das relações interurbanas e com o campo, indicadores de qualidade de vida, infraestrutura, relações externas e comando regional. Contudo, tais variáveis devem estar vinculadas as inserções desses em redes urbanas em territórios concretos e definidos historicamente. A despeito de cada cidade possuir suas singularidades, estabelecidas a partir da realidade regional que está conectada, há uma relação histórica urbanística que, precocemente fez com que esses territórios tivessem ações voltadas para o planejamento urbano a partir de um Centro de Pesquisas.

Além dos empreendimentos habitacionais provindos do CDHU, voltados para baixa renda, também foram selecionados para a análise nesses municípios empreendimentos do Programa Minha, Casa Minha (PMCMV) voltados para a baixa renda – faixa 01.

O PMCMV criado pelo governo federal no ano de 2009, foi uma política habitacional para grupos sociais de baixa renda e vulneráveis, sobretudo quando consideramos a faixa 01. É importante destacar que o PMCMV, em que pese suas múltiplas qualidades, foi uma política habitacional cujo diálogo com uma política urbana de maneira mais ampla foi negligenciado ou se deu de forma muito incipiente, Orsi (2018). Neste momento, é importante o destaque do papel dos planos diretores municipais, para que a produção dos conjuntos habitacionais não seja apenas mecanismos da reprodução financeira através do espaço urbano, reproduzindo os profundos impactos socioterritoriais, lamentavelmente, característicos em nossas cidades.

É inegável que as cidades selecionadas para esta pesquisa, apesar de seu histórico de planejamento e a existência de planos diretores desde a segunda metade do século XX, pertencem a um quadro mais amplo de problemas urbanos. Forças mutiladoras se incidem nos territórios e mutilam sujeitos por meio de uma prática socioespacial formatada por interdições e normas. Por conseguinte, emerge um sujeito despido de sua identidade, pois há o imperativo do consumo que se sobrepõe ao do direito à cidade e da função social da propriedade. Uma condição de não-sujeito manifesta em formas segregadas do plano vivido, dando a esta concretude. O capitalismo imprime a lógica de produção espacial como fonte de privação da vida pela captura do mundo da vida pelo desenvolvimento sem limites do universo da mercadoria (CARLOS, 2015).

As tabelas 2 e 3 apresentam os dados referentes aos Conjuntos Habitacionais do CDHU nos municípios de Araraquara e Taubaté bem como os conjuntos do PMCMV nestas cidades.

Tabela 2 – Sistematização dos conjuntos habitacionais da CDHU. Municípios de Araraquara e Taubaté.

Município	Companhia ou Programa	Conjuntos Habitacionais	Denominação atual	Data de entrega
Araraquara	CDHU	Araraquara G	C. H. Hermínio Pagotto	19/09/1997
		Araraquara H01	C. H. Manoel Rodrigues	19/09/1997
		Araraquara H02	C. H. Manoel Rodrigues	18/04/1997
		Araraquara II / III	C. H. Zenken Nakazato	28/02/1998
		Araraquara K	Jardim São Rafael II	27/10/2005 14/02/2007 14/11/2008
		Araraquara L	Jardim Altos Pinheiros	29/12/2005
		Araraquara M	Jardim Paraíso	24/11/2006
Taubaté	CDHU	Taubaté A03	Taubaté A03	14/03/1998
		Taubaté A04	Taubaté A04	14/03/1998
		Taubaté D	Taubaté D	01/11/2001
		Taubaté D02	Taubaté D02	16/08/2003
		Taubaté E	Taubaté E	19/12/2008

Fonte: CDHU, 2021. Prefeituras Municipais de Araraquara, Bauru, São José do Rio Preto e Taubaté.

Tabela 3 – Sistematização dos conjuntos habitacionais do MCMV. Municípios de Araraquara, Bauru, São José do Rio Preto e Taubaté.

Município	Companhia ou Programa	Conjuntos Habitacionais/Residenciais	Denominação atual	Data de entrega
Araraquara	MCMV	Jardim São Rafael	Jardim São Rafael	28/11/2010
		Dos Oitis	Dos Oitis	20/10/2011
		Romilda Taparelli Barbieri	Romilda Taparelli Barbieri	24/01/2014
		Anunciata Palmira Barbieri	Anunciata Palmira Barbieri	08/04/2014
		Maria Helena Lepre Barbieri	Maria Helena Lepre Barbieri	30/09/2014
		Valle Verde	Valle Verde	06/05/2016
		Jardim do Valle	Jardim do Valle	25/08/2015
Taubaté***	MCMV	Empreendimento Habitacional Benedito Capeleto – Bairro Barreiro	Benedito Capeleto	26/05/2015
		Empreendimento Habitacional	Sérgio Lucchiari	03/12/2015

	Sérgio Lucchiari – Bairro Barreiro		
	Empreendimento Habitacional Francisco Aves Monteiro	Condomínios: Ipê Jequitibá Jacarandá	31/01/2017
	Empreendimento Habitacional Vista das Palmeiras	Condomínios: Angelina Jatobá Palmeira	08/03/2018

Fonte: *** Departamento da Habitação da Prefeitura Municipal de Taubaté.

Evidentemente, a lógica da reprodução das cidades tendo como fundamento sua mercantilização e financeirização não se restringe a apenas a produção de conjuntos habitacionais voltados para população empobrecida e alocada em áreas, comumente fragilizadas das cidades. Muito pelo contrário, os investimentos em empreendimentos de alto luxo, de certa forma como produtos de grife, impactam na malha urbana em seu sentido físico e estrutural bem como em suas questões simbólicas. Portanto, se é possível pensar a toponímia como um fator de identificação dos conjuntos habitacionais provenientes de programas governamentais para a população economicamente vulnerável, também é possível a identificação de toponímias de loteamentos, notadamente loteamentos fechados, que remetem a signos de exclusividade e sofisticação. Na tabela 4 elencamos uma relação de empreendimentos em bairros e/ou condomínios de classe média-alta nas cidades de Araraquara e Taubaté.

Tabela 4 – Os nomes dos bairros ricos de Araraquara e Taubaté.

CIDADE	EMPREENDIMENTO
Araraquara	Residencial Altos do Jaraguá Buona Vita Jardim Bouganville Jardim Residencial Quinta dos Oitis Portal dos Oitis Portal das Tipuanas Quinta das Tipuanas Residencial Damha Residencial Village Damha I Residencial Village Damha II Residencial Village Damha III Residencial Village Damha IV Portal das Araucárias Residencial Salto Grande I Salto Grande Campo Belo Quinta do Salto Salto Grande Cedros do Campo Condomínio Volpi Jardim Residencial Maggiore
Taubaté	OuroVille Terrazzo Di Italia Residencial Colinas Chácaras Cataguá Residencial Green Park Residencial Tecoara

	Residencial Terras de San Marco Taubaté Village Condomínio Vale dos Príncipes Jardim dos Estados Jardim Oasis
--	---

Fonte: Elaboração própria.

Não é objetivo com este artigo o estabelecimento de análise comparativa entre as realidades distintas apresentadas por um lado por empreendimentos populares cuja promoção origina-se em programas governamentais, e, por outro, empreendimentos imobiliários de alto padrão. No entanto, a lógica da reprodução capitalista na cidade financeirizada estão presentes em ambos os casos, bem como os mecanismos de planejamento urbano a eles vinculados, refletindo na dinâmica das cidades e nas particularidades de cada um desses espaços, seja em sua estrutura física ou em suas dimensões simbólicas. O trágico se manifesta nas alienações vividas em basicamente três esferas de realizações da vida. Primeiramente, no desenho de políticas que, ao preconizarem a superação da crise de reprodução social, ao combater desigualdades, reforça-as. Em segundo, a centralização da riqueza social gerada coletivamente nas mãos dos indivíduos de mais alta renda, reverbera nas alianças configuradas com o fito de opor o plano político e econômico ao social. Em outros termos, não há uma força democrática constituída que possa controlar para o bem da coletividade, os excedentes de capital que se convertem diariamente em produtos do mercado imobiliário.

Por fim, o capitalismo passa a ser o busfalis da realidade social, pois permite a coexistência no mundo moderno, de alienação e ao mesmo tempo, insurgências que transformam os territórios em disputas. A urbanização, por conseguinte, passa a ser um fenômeno que se efetiva através da produção social do mundo, em condições históricas específicas. Ao ser uma nova forma de acumulação capitalista, trará simbologias que hierarquizam os territórios, inclusive pelo nome dos lugares. Estes, além de refletirem a perspectiva capitalista mercadológica, cindem o espaço urbano em uma relação de dominação social manifesta nas palavras que designam os nomes dos bairros, a sua toponímia.

Lefebvre (1978), aponta que o Estado domina a sociedade como um topo. Primeiramente, por determinar ou dominar os códigos que orientam o crescimento econômico, pois constitui-se como centro de decisões que protege o funcionamento dos organismos sociais, ao coloca-los sob sua tutela. Contraditoriamente, garante a exploração multiforme do espaço e a igualdade na exploração mútua e recíproca. Por outro turno, a lei garante a igualdade, ao mesmo tempo que perpetua, em seu interior, a reprodução da desigualdade. O Estado, por meio da lei, garante condições de dominação como sua função precípua mesmo que camuflada em políticas sociais. Neste sentido, é fundamental voltar o olhar para o espaço das cidades e suas conflituosas configurações socioespaciais.

2. Fraturas espaciais: o bairro do rico e bairro do pobre

O caráter socioespacial de toda desigualdade urbana e o papel do espaço no interior das dinâmicas capitalistas de (re)produção social, considera que o espaço é, numa direção, produzido pelas relações sociais de produção e, noutra direção, um produto destas (LEFEBVRE, 2006). Em seu célebre ensaio teórico, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, de 1845, Engels (2008) analisa a condição dos trabalhadores urbanos não apenas a partir de sua posição enquanto classe social, submetida a determinadas relações de exploração ocorridas durante o processo de produção de mercadorias, mas também joga luz sobre a questão da moradia, dos bairros operários, onde haviam péssimas condições de higiene, ausência de saneamento básico, ruas estreitas, moradias amontoadas, insalubridade e proliferação de

doenças. Os bairros operários foram classificados por Engels como verdadeiros espaços de miséria, em contraposição aos bairros iluminados, de ruas alargadas e moradias luxuosas, nos quais residia a burguesia. Assim, o texto de Engels torna-se ponto de referência para os estudos urbanos justamente por atrelar, de modo pioneiro, as relações de exploração do processo produtivo ao processo de produção do espaço urbano nas cidades industriais inglesas, demonstrando, por exemplo, como os índices de mortalidade por doenças eram mais altos entre os trabalhadores urbanos do que entre os trabalhadores do campo.

A obra de Benjamin (2015), a partir de suas interpretações sobre a poesia de Baudelaire, constitui outra referência fundante no pensamento sobre a cidade moderna. Baudelaire descreve o desencantamento diante dos efeitos colaterais produzidos pelo progresso tecnológico. É a partir daí que Benjamin vê o nascimento de novas formas de existência trazidas pelo tempo histórico: a questão da experiência tornar-se-á matéria para o autor. Benjamin opera a partir de uma figura heroica da modernidade, o *flanêur*, um botânico do urbano, que se encanta com as luzes da cidade e vive uma experiência descolada das mazelas sociais e das desigualdades, sendo assim capaz de absorver todos os significados da nova experiência histórica, intimamente relacionada a modernização e a urbanização.

Se o *flanêur* representa a vivacidade de uma irresistível e infindável caminhada afetada pela cidade, em Simmel encontraremos o exemplo oposto: o da inércia do sujeito *blasé*. Em *As grandes metrópoles e a vida do espírito*, Simmel analisa os efeitos da economia monetária na subjetividade dos indivíduos. Tais efeitos são consequência dos estímulos da vida nervosa, produzidos a partir do ambiente urbano nascente, que vão desde o aumento da intelectualidade nas grandes cidades, ao embotamento e a incapacidade de realizar distinção entre as coisas, o chamado caráter *blasé*. “O *blasé*” não está ligado propriamente a falta de percepção, mas sim a indiferença e a incapacidade de reação diante das coisas. A atividade *blasé* é então marcada pela inexpressividade, pela indistinção derivada da redução da pluralidade dos objetos a um *quantum* determinado – ao dinheiro como denominador comum (SIMMEL, 2005).

O entrecruzamento das análises de Benjamin e Simmel aponta para o próprio paradoxo da cidade moderna, parte de um descompasso irresoluto do capitalismo: se a modernização e a urbanização ampliaram as possibilidades de circulação, contato e apropriação material e simbólica da cidade para os distintos grupos sociais, por outro, recriaram-se estruturas sólidas de segregação, isolamento, diferenciação e desagregação social e como discutido aqui, podem estar, e quase sempre estão, presentes nos nomes dos lugares nas cidades, seja nos bairros, praças, logradouros, monumentos, etc.

A riqueza de tais leituras clássicas da cidade e do urbano reside também no fato de que estas apontam diretamente para o seu contrário: a experiência lúdica do *flanêur* contrasta com a não-realização da emancipação humana pelo progresso tecnológico e científico. Já a figura simmeliana da atividade *blasé*, representação máxima da inércia e da indiferença diante de um mundo dominado pela mercadoria, rivaliza com a agência e a espontaneidade inescapável que Simmel atribui aos atores sociais, que são capazes de produzir ações imprevisíveis com finalidades próprias, dando origem a novas formas de “jogar” a sociedade, o que enseja um fenômeno particular que é o da sociabilidade (MAIA, 2001).

Com a forte urbanização conhecida no século XX, para os países de industrialização tardia vivenciada na segunda metade do século XX⁵), há uma forte remodelação da classe trabalhadora. Multiplicam-se os trabalhadores urbanos, atuantes nos mais diversos tipos de atividades. Esse processo engendra a formação de novas morfologias espaciais. As

⁵ Na década de 1970 o Brasil passa a ter a maior parcela de sua população vivendo nas cidades de acordo com dados IBGE.

desigualdades socioespaciais se tornam ainda mais complexas do que aquelas conhecidas pela cidade moderna, dando origem a um cenário urbano que inverte a antiga lógica das cidades divididas em um centro rico e uma periferia pobre (CALDEIRA, 2011). No atual contexto, ricos e pobres podem habitar áreas em proximidade, mas suas distâncias sociais, que tem recortes raciais e de classe, permanece, material e simbolicamente, renovada por novas estruturas de segregação e confinamento.

Na cidade contemporânea, seja no contexto das cidades médias ou em cenários metropolitanos, observa-se uma radicalização das antigas formas de segregação socioespacial. A segregação dos grupos e das classes sociais, antes territorializada nos tradicionais “guetos”, eclodiu diante do crescimento das cidades. As novas realidades territoriais deram origem também a uma nova segregação socioespacial, que é mais precisamente traduzida a partir do conceito de fragmentação socioespacial.

Fazem-se necessárias novas orientações epistemológicas para compreensão de uma realidade polimórfica e multiescalar. O diagnóstico lefebvriano de uma sociedade urbana se realizou. A separação entre o rural e o urbano não corresponde à realidade empírica, uma vez que as tecnologias empregadas no “campo” são produtos da urbanização. As redes que conectam o “campo” e a “cidade” também estão inseridas numa lógica urbana de circulação de pessoas e mercadorias, de ampliação e aceleração dos mercados e, conseqüentemente, do acúmulo de capital. Entretanto, como destacam Brenner e Schmid (2016), o fenômeno planetário do urbano se faz a partir da produção de fragmentações, diferenciações, variáveis e dinâmicas distintas. Geografias instáveis e, por vezes, imprevistas, são produto do fenômeno urbano que, a despeito de seu caráter totalizante, só pode ser compreendido por um conjunto de análises atentas as especificidades que se desenrolam no âmbito das microescalas.

Este espaço fragmentado das cidades, moldado sobretudo a partir do interesse das classes dominantes, expressa ideológica e concretamente a existência de “dois mundos” que só se intercambiam a partir de relações hierárquicas condicionadas pelo poder econômico e simbólico. O mosaico da cidade, repleto de rupturas, descontinuidades e fraturas urbanas, é reforçado no plano simbólico pela fenomenologia das formas burguesas e pela nomenclatura que determinados espaços assumem. Assim, pode-se falar num contraste entre o “bairro” do rico e o “bairro” do pobre, acentuado, moldado e legitimado pelos discursos e pela ação intencional dos atores que intervêm no espaço urbano.

Apontamos para a existência de “dois mundos” no ambiente das cidades que se distinguem tanto no plano morfológico, pela via da fragmentação espacial, quanto no plano social e político, num modelo de separação que hierarquiza espaços, como procuramos demonstrar, pela via do poder simbólico. Tal ruptura provoca também uma reorientação da atividade dos sujeitos pelo espaço, já que estes defrontam-se ordinariamente com rígidas estruturas de segregação e com mecanismos sofisticados de vigilância e monitoramento. Nos espaços das camadas mais abastadas, tais estruturas são verificadas a partir da segurança privada, das guaritas que controlam os acessos de entrada e saída, nas câmeras, muros e cercas que dividem e segregam. Já os espaços das classes pobres, o controle social se efetua através do punitivismo e da criminalização da pobreza movida pelas forças do Estado.

A cidade contemporânea, ao invés de solucionar, exacerbou a presença de determinados afetos sociais típicos da cidade moderna, como o medo e a insegurança, e os combateu de acordo com o receituário do mercado, que direciona a exclusividade social, o privilégio e a promessa de homogeneidade social como mercadorias disponíveis apenas para as classes altas da sociedade. Destarte, modificam-se as possibilidades de apreensão da cidade e do urbano por parte dos grupos e dos indivíduos. A cidade da fragmentação socioespacial é também a cidade

da restrição, da inacessibilidade, dos não-lugares e da ausência do encontro. Neste conjunto, os descompassos simbólicos dos lugares e seus elementos, aqui incluindo suas nomenclaturas, também são formas de exclusões, estigmas e dominações nas cidades.

A cidade contemporânea, marcada pelas fraturas espaciais e pelas formas simbólicas de produção da distinção social, opera num sentido contrário à da construção e ampliação das forças democráticas e, por conseguinte, das possibilidades de renovação e invenção do urbano.

As assimetrias socioespaciais instauradas a partir de um modelo de reprodução urbana que acentua e agrava, no plano simbólico e morfológico, as desigualdades sociais, são um reflexo do caráter patrimonialista da gestão urbana. A possibilidade de que determinados grupos, destacados como representantes do poder econômico, interfiram no espaço urbano modificando-o de acordo com seus próprios interesses representa um desafio para a administração pública. Nesse sentido, a gestão coletiva, democrática e horizontal das cidades rivaliza com a demarcação urbana do privilégio e da distinção social.

Na próxima seção, abordaremos, alguns aspectos da incorporação simbólica que hierarquizaram os territórios, em uma tipologia de dominação social e também de estratégias e referenciais distintos de identificação e vinculação com o espaço, ou seja, a toponímia dos lugares das cidades.

3. Simbologia do espaço: toponímia como forma de disputas socioespaciais

Os estudos e conhecimentos em torno dos nomes dos lugares trazem importantes elementos para compreender a história dos lugares suas relações de forças, a simbologia e os interesses tangíveis e intangíveis presentes na nomeação de cada espaço. Como apontam Souza e Martins “Os estudos toponímicos apresentam-se como um poderoso instrumento para o conhecimento de aspectos sócio-histórico-culturais de um povo, assim, é possível desvendar fatos linguísticos, ideológicos, históricos, crenças e sentimentos diversos” (2017, p. 02). A desigual relação de gênero colocada na nomenclatura de logradouros nas cidades, os nomes de figuras militares do período de ditadura militar no Brasil que batizam importantes construções de infraestrutura urbana⁶ ou a omissão de nomes de negros e indígenas nestes espaços, são exemplos de como se produz e reproduz narrativas através da cidade, reforçando ou diluindo, contando ou recontando sua história e a história da sociedade. Há um constante diálogo entre a cidade e sua população através de seus lugares, nomes, monumentos, obras, etc. A pedagogia colocada neste diálogo constante pode ser opressora ou emancipadora, reforçar a ordem sociohistórica ou contestá-la.

Uma questão fundamental na definição do nome de um lugar é o aspecto motivacional presente na escolha. Por certo, como indica Seide (2020), ao analisar Dick, há os arquétipos toponímicos, nos quais os acidentes geográficos são chaves para a compreensão dos nomes, no entanto outros aspectos ligados ao motivacional são de extrema relevância. Ainda ancorada em Dick, Seide trabalha no campo da psicologia motivacional destacando motivações por afiliação, as quais podem ser ligadas à corotopônimos e antrotopônimos e aquelas motivadas pelo poder, ligadas aos axiotopônimos. Todas categorias desenvolvidas por Dick estão presentes em um sistema taxinômico de 27 taxes. O quadro abaixo apresenta a síntese das 27 taxes.

⁶ Um exemplo elucidativo para este caso é o Elevado Presidente Costa e Silva (minhocão na cidade de São Paulo) rebatizado de Presidente João Goulart pelo Plano Diretor Estratégico aprovado em 2014

Quadro 1 – Tipologia das taxonomias toponímicas.

Taxonomias Toponímicas	
Natureza Física	Natureza Antropocultural
Astrotopônimos: topônimos relativos aos corpos celestes em geral	Animotopônimos: topônimos relativos à psíquica, à cultura espiritual.
Cardinotopônimos: topônimos posições geográficas em geral.	Antropotopônimos: topônimos relativos nomes próprios individuais.
Cromotopônimos: topônimos relativos à escala cromática.	Axiotopônimos: topônimos relativos aos títulos e dignidades de que se fazem acompanhar os nomes próprios individuais.
Dimensiotopônimos: topônimos relativos às características dimensionais dos acidentes geográficos, como extensão, comprimento, largura, grossura, espessura, altura, profundidade.	Corotopônimos: topônimos relativos aos nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes.
Fitotopônimos: topônimos de índole vegetal.	Cronotopônimos: topônimos que encerram indicadores cronológicos, representados, em Toponímia, pelos adjetivos novo/ nova/ velho/ velha.
Geomorfotopônimos: topônimos relativos às formas topográficas.	Dirrematotopônimos: topônimos constituídos por frases ou enunciados linguísticos.
Hidrotopônimos: topônimos resultantes acidentes hidrográficos em geral.	Ecotopônimos: topônimos relativos às habitações de um modo geral.
Litotopônimos: topônimos de índole mineral, relativos à constituição do solo, representados por indivíduos	Ergotopônimos: topônimos elementos da cultura material.
Meteorotopônimos: topônimos relativos a fenômenos atmosféricos.	Etnotopônimos: topônimos referentes aos elementos étnicos, isolados ou não (povos, tribos, castas).
Morfotopônimos: topônimos que refletem o sentido de forma geométrica.	Hierotopônimos: topônimos relativos aos nomes sagrados de diferentes crenças: cristã, hebraica, maometana, etc. É subdividida em: a) hagiotopônimos: topônimos relativos aos santos e santas do hagiológico romano. b) Mitotopônimos: topônimos relativos às entidades mitológicas.
Zootopônimos: topônimos de índole animal.	Historiotopônimos: topônimos relativos aos movimentos de cunho histórico-social e aos seus membros, assim como às datas correspondentes.
	Hodotopônimos: topônimos relativos às vias de comunicação rural ou urbana.
	Numerotopônimos: topônimos relativos aos adjetivos numerais.

Fonte: Dick, apud Souza e Martins, 2017.

A toponímia dos lugares, nesses termos postos e nos pressupostos apresentados no presente artigo, classificam os espaços e revelam fontes de poder. Uma dimensão que foge ao campo de análise do planejamento. Quando nos referimos aos lugares e seus nomes estamos a

revelar significados sociopolíticos antagônicos. Não há palavra neutra e entendemos que os estudos urbanos carecem de uma análise do discurso envolvido nas intervenções sobre o espaço. Ao estudarmos o espaço social é fundamental analisarmos os produtores do espaço. Ao analisarmos o espaço social, a organização espacial em suas relações e práticas sociais, é fundamental que se considerem homens e mulheres concretos, em suas expectativas, seus valores, seus temores e suas palavras. (SOUZA, 2016). Há uma disputa simbólica em torno de algumas palavras, fundamentalmente aquelas carregadas de forte significado político e ideológico. O nome do bairro, a toponímia, é o lugar que evidencia em sua epiderme as redes de significados, emoções e as motivações dos atores sociais que o habita, contudo tem raízes profundas marcadas pelo processo de formação da sociedade.

Passando para a análise dos conjuntos habitacionais, como podemos notar na tabela 3, os conjuntos habitacionais construídos pela CDHU, de 1997 a 2006, na cidade de Araraquara – SP, foram classificados pela Companhia com o nome da cidade acompanhado com a letra do alfabeto e, em alguns casos, numerário. Posteriormente, os conjuntos receberam denominações de personalidades locais, isto é, foram renomeados. O Araraquara-G, recebeu a denominação de Conjunto Habitacional Hermínio Pagotto, ex-vereador da cidade que exerceu mandatos de 1952 a 1960, pela União Democrática Nacional, UDN. Araraquara H01 e H02, renomeado como Conjuntos Habitacionais Manoel Rodrigues, faz referência ao farmacêutico muito conhecido na cidade na década de 1980. Araraquara II e III, renomeados como Conjuntos Habitacionais Zemken Nakazato, presta deferência ao fundador da Fundação Okinawa, há mais de 60 anos, por japoneses que imigraram do Japão para o Brasil com o final da Segunda Guerra Mundial. A fundação Okinawa tinha, dentre seus objetivos, reunir recursos para enviar ao vitimados pela guerra no Japão. Araraquara K, atual Jardim São Rafael, referencia o arcanjo da Igreja Católica. O nome significa aquele que cura, sendo considerado um anjo que debela as enfermidades. Araraquara L está nas cercanias do bairro próximo ao Parque Ecológico Pinheirinho, na extrema periferia da cidade, próximo à Penitenciária Estadual de Araraquara. Dada à proximidade ao Parque, é denominado de Conjunto Habitacional Altos Pinheiros. Por fim, Araraquara M, faz referência a um jardim que se assemelha ao paraíso. Etimologicamente, o termo Paraíso, nome do Conjunto Habitacional, segundo a Bíblia é o jardim aprazível onde Deus colocou Adão e Eva, depois da criação. Também denominado como Éden, é lugar em que reina a felicidade.

Quando passamos para os empreendimentos do PMCMV, encontramos nomes de árvores, como é o caso dos Oitis, espécie originária da mata atlântica, mas presente na cidade, encontramos também referências à acidentes geográficos como é o caso do Valle Verde e Jardim do Vale. No que se refere aos demais, constam nomes próprios femininos, todas de uma mesma família, no caso da família Barbieri (Romilda Taparelli, Anunciata Palmira e Maria Helena Lepri). Os três empreendimentos em questão foram lançados durante a gestão do prefeito Marcelo Barbieri (2009-2016), logo as referências são claras à homenagem feita a membros da família do político a frente do poder executivo naquele momento. Ainda encontramos um empreendimento no jardim São Rafael, já explanado anteriormente a respeito do significado do nome.

Na cidade de Taubaté-SP, segundo informações do Departamento de Habitação, todos os empreendimentos da CDHU permaneceram com a denominação original da Companhia, isto é, a classificação alfanumérica da entrega das unidades no período de 1998 a 2008. Os empreendimentos do PMCMV, na cidade de Taubaté-SP, receberam diferentes nomes, mesclando nomes relevantes na política local com árvores nobres da fauna brasileira. Em 2015, o empreendimento Benedito Capeleto, de interesse social, remete à figura do político com larga tradição local. No mesmo ano, têm-se a entrega do Conjunto Sérgio Lucchiari, figura proeminente da história política da cidade. Em 2017, o empreendimento habitacional Francisco

Alves Monteiro, implantou três condomínios que levam os nomes de árvores nobres da fauna brasileira, quais sejam, Ipê, Jequitibá e Jacarandá. O último empreendimento, Vista das Palmeiras, de 2018, também se subdivide em três conjuntos habitacionais: Angelina, Jatobá e Palmeira. Seguem, como podemos notar, o padrão anterior de nomear árvores e palmeiras que são portentosas e que representam força e resistência para denominar os conjuntos de interesse social. Aplicando a classificação a partir do modelo taxinômico de Dick, encontramos a seguinte distribuição, quadro 2.

Quadro 2 - Síntese das Frequência de Ocorrência de nomes dos bairros populares/conjuntos habitacionais a partir da taxinomia de Dick.

Taxonomia Toponímica		Frequência
Natureza física	Fitotopônimos	07
	Geomorfotopônimos	02
Natureza antropocultural	Antropotopônimos	10
	Hierotopônimos	03

Fonte: Dick, apud Souza e Martins, 2017.

Como é possível se ver no quadro síntese, há maior frequência, em nomes que remetem à natureza antropocultural, notadamente à nomes próprios (antropotopônimos). É válido notar que os nomes remetem a homenagens a famílias, presentes na política local em determinados momentos ou pertencentes às elites locais. De fato, tais referências toponímicas não parecem dialogar ou expressar identidades das populações de baixa renda que moram nestes conjuntos habitacionais, antes expressam a relação desigual e de assimetria de poder. Guardadas as devidas proporções, podem indicar o morar em terras de outrem, comum nas relações conservadoras da vida rural do trabalho camponês nas fazendas e moradia nas colônias. As nomenclaturas de natureza física, mais impessoais são menos presentes nestes empreendimentos.

Já entre os empreendimentos de alto padrão, observa-se uma tendência a adoção de nomes em língua estrangeira.

Há que se considerar que o processo histórico de formação da sociedade brasileira privilegiou o imigrante europeu em detrimento dos escravizados e egressos da escravidão. A escolha do imigrante como mão de obra livre, ocupantes dos setores mais dinamizados da economia, foi parte de um projeto das políticas de branqueamento que vigoraram do pós-abolição até os finais da República Velha. Nas décadas seguintes, não houve nenhum plano efetivo de integração dos negros à sociedade de classes para a superação das injustiças historicamente instauradas.

A presença dos estrangeirismos na nomenclatura dos empreendimentos de alto padrão pode ser interpretada não apenas pela via do passado migratório ocorrido nas regiões paulistas, mas também pelo modo através do qual tais estrangeirismos visam produzir uma vinculação, a nível de pertencimento, com uma realidade experimentada em países considerados de primeiro mundo. Nesse sentido, tais escolhas de nome submetem-se a uma hierarquização cultural, que valoriza costumes, hábitos e práticas de nações historicamente estabelecidas como civilizadas (ELIAS, 1994). Assim, se promove a oferta de um lugar apartado das mazelas sociais e das carências de um contexto socioeconômico marcado pelo subdesenvolvimento. Sobretudo no plano simbólico, o que esses estrangeirismos objetivam é a afirmação de que se está vinculado a uma realidade outra, distante e privilegiada.

Outra constante nos nomes de empreendimentos de alto padrão é a utilização do termo “quinta”. Como exemplo, temos o “Jardim Residencial Quinta dos Oitis”, “Quinta das Tipuanas” e o “Quinta do Salto Residencial”. Nos países lusófonos, a palavra “quinta” costuma designar uma propriedade rural de grandes dimensões ou, ainda, uma unidade produtiva, como no caso das propriedades vinícolas.

No Renascimento surgiram as quintas de estilo renascentista, chamadas Quintas de Recreio, em Portugal. Caracterizadas por serem espaços bucólicos, com unidades produtivas delimitadas, as quintas apareciam como lugares versáteis, atrelando o gozo e a tranquilidade - o recreio, ao espaço de produção. A origem das quintas remonta a história de grandes propriedades rurais da elite. A Quinta da Bacalhoa, ou Palácio dos Albuquerque, por exemplo, era uma antiga propriedade da Família Real Portuguesa, vendida em 1528 para Brás de Albuquerque, filho de Afonso de Albuquerque, governador da Índia Portuguesa (1509 – 1515).

No Brasil, a Quinta mais tradicional é o antigo casarão cedido à Família Real Portuguesa no contexto das guerras napoleônicas, a Quinta da Boa Vista. A propriedade foi erguida a mando do traficante de escravos Elias Antônio Lopes, em 1803, no alto da colina, com uma bela visão da Baía de Guanabara. Daí o nome de “Quinta da Boa Vista”. Em 1808, com a chegada da Família Real Portuguesa à capital, Elias Antônio Lopes cedeu o Casarão para a Coroa, recebendo outra propriedade em troca.

Observa-se como o termo “quinta” esteve tradicionalmente ligado a propriedades rurais da aristocracia. Espaços bucólicos, dotados de uma concepção paisagística, propícios a uma estada com conforto e lazer. A oferta de um lazer ligado à natureza sempre esteve presente na publicidade dos contemporâneos loteamentos fechados de alto padrão, como verificou Caldeira (2011). A propaganda publicitária era a da promessa de um ambiente que atrela o conforto e a tranquilidade do campo sem estar descolado dos centros urbanos. O veraneio das quintas passa a ser a própria casa, implicada no tecido da cidade.

No caso dos loteamentos fechados de alto padrão, é comum que seus nomes veiculem um poder associado às trajetórias de privilégio das elites. Assim ocorre com o uso de estrangeirismos e também na utilização do termo “quinta”, referido a um produto que não corresponde tipicamente ao modelo das quintas tradicionais. Cria-se uma Quinta Urbana, numa busca de atenuar, no âmbito da vida nucleada, familiar e, portanto, privada, os conflitos e infortúnios que marcam a experiência urbana. No quadro a seguir é possível averiguar como se distribui a toponímia de acordo com o conjunto taxonômico adotado neste artigo.

Quadro 3 - Síntese das Frequência de Ocorrência de nomes dos bairros de classe média alta/condomínios a partir da taxinomia de Dick.

Taxonomia Toponímica		Frequência
Natureza Física	Cromotopônimo	01
	Fitotopônimo	08
	Geomorfotopônimo	02
	Hidrotopônimo	03
	Litotopônimo	01
Natureza Antropocultural	Animotopônimo	02
	Antropotopônimo	07
	Axiotopônimo	01
	Corotopônimo	04
	Hierotopônimo	01

Fonte: Dick, apud Souza e Martins, 2017.

A análise do quadro mostra que, considerando os conjuntos de natureza física e a antropocultural, há equilíbrio na distribuição. São quinze em cada um deles. Na natureza física o destaque é para os fitotopônimos e na natureza antropocultural destaca-se os antropotopônimos. Por tratar-se de empreendimentos comerciais para as classes mais abastadas, o vínculo do nome a elementos físicos naturais, além da impessoalidade, mostra uma narrativa de preocupação ambiental, uma forma de viver mais próxima a natureza e algum valor que possa estar próximo ao pós-materialista, ainda que tudo isso seja de fato uma cortina de fumaça para o apelo comercial. No caso dos nomes próprios, sete no total, é importante salientar que a marca Damha, com cinco ocorrências no total, de fato constitui-se em uma “grife” de empreendimentos imobiliários. Logo, apresenta-se dissociada de uma pessoa, mas vinculada à um produto de luxo.

Tais comportamentos dos toponímios são bastante elucidativos para compreensão das estratégias e lógicas diferentes presentes no processo de produção das cidades que criam espaços físicos e ao mesmo tempo simbologias distintas que expressam diferentes fraturas sociais atravessadas pelo e no espaço.

Considerações finais

O ato de nomear um espaço envolve um conjunto de motivações e elementos nem sempre distinguíveis de maneira simples e direta. No entanto, tal dinâmica não deve ser ignorada, pois traz de maneira sutil elementos simbólicos de distinção, dominação e exclusão. Obviamente, emancipação e resistência também fazem parte deste campo e se constitui em outra face da mesma moeda. O que fica muito claro, neste estudo de caráter exploratório com os nomes, por um lado, de bairros ricos e condomínios e por outro de bairros pobres e conjuntos habitacionais, que foram apresentados no artigo, é que as motivações são distintas em empreendimentos voltados para as classes mais abastadas daqueles voltados para as classes mais empobrecidas. Se para o primeiro caso, a grande importância se dá em referenciais que se traduzem em distinção socioeconômica, qualidade de vida, proximidade com a natureza (talvez até como o ser desbravador e pioneiro) e valores pós-materialistas (ainda que concretamente esta questão evidencie uma contradição na própria origem), para os espaços empobrecidos dos conjuntos habitacionais, notadamente, as referências são pessoas ligadas as elites econômicas e políticas locais, trazendo uma lembrança constante sobre quem foi ou ainda é a persona a ser referência por sua importância para a vida local. É o diálogo com a cidade que conta e reforça sua história a partir de um único referencial.

Concluimos que ambos casos o domínio no processo de nomeação dos espaços das cidades aqui estudadas está nas mãos das classes mais abastadas e influentes nas cidades. Os grandes empreendedores imobiliários buscam, através dos nomes escolhidos, agregar valores aos empreendimentos e alavancar suas vendas, mexendo intimamente com os desejos das pessoas mais ricas. Já a classe política local dominante aponta escolhas valorizando os nomes das figuras das elites locais, contam e materializam sua própria história nas estruturas da cidade, personalizando-a. Quando se trata de empreendimentos de alto padrão, a identidade dos moradores com seu espaço em princípio já tem no próprio nome um referencial. No que tange aos moradores dos conjuntos habitacionais, tal identificação é inexistente.

Foi focado neste artigo, sobretudo, dois eixos principais que são aos nomes dos espaços de moradia nas cidades, obviamente, há outras clivagens que poderiam ser exploradas. De toda forma, é fundamental destacar que o processo de nomear os espaços das cidades, o que passa distante das discussões sobre o processo de planejamento urbano, apresenta elementos importantes de produção e reprodução das cidades e da vida urbana.

Referências

- BENEVOLO, Leonardo. **Último capítulo da arquitetura moderna**. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BENJAMIN, Walter. **Baudelaire e a modernidade**. São Paulo: Autentica, 2015.
- BRASIL (GOVERNO FEDERAL). **Ministério do Desenvolvimento Regional. Programa Minha Casa, Minha Vida**. Disponível em: Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) — Português (Brasil) (www.gov.br). Acesso em: 05 de dez. de 2021.
- BRENNER, Neil; SCHIMID, Christian. La “era urbana” em debate. **Eure**, nº 127, v. 42, 307 – 339, 2016. Disponível em: <https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0250-71612016000300013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso: 29 de setembro de 2020.
- CALDEIRA, Teresa. **Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2011.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2015.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2016.
- CENTRO DE PESQUISA E ESTUDOS URBANÍSTICOS. **Boletim** n. 1, 2. ed. São Paulo: FAU, 1963.
- CENTRO DE PESQUISA E ESTUDOS URBANÍSTICOS. **Boletim** n. 8, 2.ed. São Paulo: FAU, 1960.
- CENTRO DE PESQUISA E ESTUDOS URBANÍSTICOS. **Boletim** n.7, ed. São Paulo: FAU, 1963.
- CHOAY, F. **O urbanismo: utopias e realidades**. São Paulo: Perspectiva, 2013. Editorial, 2008.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Métodos e Questões Terminológicas na Onomástica. Estudo de Caso: o Atlas Toponímico do Estado de São Paulo. *Investigações Linguística e Teoria Literária*, Recife, v. 9, p. 146, 1999.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo
- FARAH, Marta F. S. Estado e habitação no Brasil: o caso dos Institutos da Previdência. In: **Espaço & Debates** 16, ano V, 1985, p. 73-82.
- FELDMAN, Sarah. **“Planejamento e Zoneamento. São Paulo 1947/1972”**. Tese de doutorado. FAUUSP. 1996.
- FICHER, Sylvia. **Os arquitetos da Poli: ensino e profissão em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2005.
- LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000. Primeira versão, fev. 2006. Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/02_arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf>. Acesso: 29 de setembro de 2020.
- LEFEBVRE, Henri. **De L'État**. Paris: Union Générale d'Éditions, 1978, v. 3 e 4.
- MAIA, R. C. M. Sociabilidade: apenas um conceito? **GERAES – Revista de Comunicação Social**, n. 53, 4 - 15, 2001. Disponível

em:<[https://www.researchgate.net/profile/Rousiley_Maia/publication/317051024_Sociabilidade de apenas um conceito/links/5923241caca27295a8a7e774/Sociabilidade- apenas-um-conceito.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Rousiley_Maia/publication/317051024_Sociabilidade_de_apenas_um_conceito/links/5923241caca27295a8a7e774/Sociabilidade- apenas-um-conceito.pdf)>. Acesso: 29 de setembro de 2020.

ORSI, Rafael Alves. Descaminhos das políticas habitacionais no Brasil. In: ALVES, Silvana Aparecida; ENOKIBARA, Marta; GOMES, Samir Hernandes Tenório (Orgs.) **Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo: Contexto Contemporâneo e Desafios: Políticas Públicas** (v.04). São Paulo: Cultura Acadêmica/EDUNESP. p. 37-57

SANTOS, Milton. **Espaço do cidadão**. São Paulo: EDUSP, 2014.

SÃO PAULO (ESTADO). **CDHU. Relatório de Sustentabilidade**. Gerência de Comunicação Social da CDHU. Editora Pallavra Certa Comunicação Integrada: São Paulo, 2015.

SEIDE, Marcia Sipavicius. Aspectos psicológicos da nomeação de lugares. **Revista GTLex**, Uberlândia, v. 6, n. 01, jul/dez, p. 129-146, 2020. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/GTLex/article/view/55968>>. Acesso em 22 set. 2021.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito. **Mana**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, pp.557-591, 2005.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**. Rio de Janeiro: Brasil, 2019.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a ágora**. Reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, Alexandre Melo; MARTINS, Rozangela Melo. A motivação toponímica na escolha dos nomes geográficos de origem indígena da zona rural da regional do baixo Acre. **Revista Tropos: Comunicação Sociedade e Cultura**, v. 6, n. 2, dezembro, pp. 01-16, 2017. Disponível em:<<https://periodicos.ufac.br/index.php/tropos/article/view/129>>. Acesso em 20 set. 2021.

TOLEDO, Rodrigo Alberto. **Do projeto ao plano: a corrente urbanística paulista**. São Carlos: Rima, 2017.

WEBER, Max. **Escritos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.